

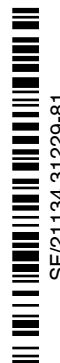


**MPV 1068  
00114**

SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Rodrigo Cunha

## **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.068, DE 6 DE SETEMBRO DE 2021**

Dispõe sobre a Medida Provisória nº 1.068 de 6 de setembro de 2021, que altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 e a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.



SF/21134.31229-81

### **EMENDA ADITIVA Nº, DE 2021**

Altera-se o art. 19 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014:

“Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade, **inclusive de expressão**, e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet, somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário”

### **JUSTIFICAÇÃO**

O racional consagrado no Marco Civil da Internet - MCI preconiza que a responsabilização de aplicações por conteúdo gerado por terceiros só poderia emergir nos casos em que, após ordem judicial específica, a plataforma não toma as



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Rodrigo Cunha

providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente.

Esse sistema impede que notificações extrajudiciais intimidem os provedores de aplicações de internet. Com isso, evita-se que diante da possibilidade de responsabilização, os provedores tenham fortes incentivos para simplesmente removerem conteúdos, ainda que as publicações não violem seus termos de uso e/ou demais políticas estabelecidas para a devida utilização dos serviços, em detrimento da liberdade de expressão.

A proposta, portanto, além de conferir realce à liberdade de expressão, passa a traduzir a essência da proposta inicial, no sentido de contemplar não só a liberdade de expressão, como também outras espécies de liberdade constitucionalmente garantidas, tais como a liberdade religiosa e a liberdade econômica.

Por essas razões, entende-se que a nova redação proposta é mais adequada e compatível com o racional regulatório estabelecido para o uso da internet no Brasil.

Sala das Sessões,

Senador Rodrigo Cunha



SF/21134.31229-81